

REVENDO O CLIENTELISMO POLÍTICO NUM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: DA CAMISA-DE-FORÇA À DIALÉTICA DO CONTROLE

Luís Antonio Barone*

Apresentação: o tema e o contexto

Este trabalho, extrato de uma longa investigação sobre os modos de vida das populações assentadas, analisa as complexas relações travadas entre lideranças de trabalhadores rurais assentados e agentes políticos institucionais, no período de instalação de um Projeto de Assentamento (P.A.) no município de Araraquara (SP). A pesquisa privilegiou o estudo dessa dinâmica de "integração de sistema" (Giddens, 1989), num único assentamento - o P.A. Bela Vista do Chibarro - procurando identificar o "jogo das racionalidades sociais" disputado entre as lideranças assentadas e os agentes políticos locais (Barone, 2002). A prática clientelista, recorrente na história política brasileira, terá lugar de destaque nessa situação, mobilizando ambos os pólos da relação.

O objetivo deste artigo é lançar alguma luz sobre a reiterada (e controvertida) opinião de que os processos de descentralização da reforma agrária levam inevitavelmente ao controle oligárquico dos assentamentos. Respeitando-se as limitações deste trabalho – notadamente as que dizem respeito à metodologia qualitativa utilizada – e não levando as conclusões aqui ensaiadas para além do que se possa deduzir da realidade em estudo (como por exemplo, na suposição de que é possível a transferência do processo de arrecadação/desapropriação de terras para o controle da esfera municipal/local de poder), a observação continuada desses trabalhadores assentados em suas relações com o poder local não aponta para nenhuma espécie de “camisa-de-força”, a conter a livre manifestação política dessa população.

A instalação de vários projetos de assentamentos rurais (tanto pelo governo federal quanto pelo estadual) na microrregião de Araraquara é um elemento revelador da contradição social gerada pelo modelo de desenvolvimento

* Professor Assistente Doutor do Departamento de Planejamento, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)/UNESP - Presidente Prudente/SP.

da agricultura implementado ali nas últimas décadas. Ressalva-se que, no contexto regional em questão, a execução de uma política de assentamentos não alterou de forma notável a economia ou a distribuição demográfica da população. Essa política constituiu-se, antes, numa reação governamental às crescentes pressões exercidas pela categoria dos assalariados rurais, face aos percalços da modernização excludente levada a cabo pelas agroindústrias citrícola e sucroalcooleira (Ferrante e Silva, 1988).

Mas, se não ocorrem alterações políticas e econômicas notáveis, a presença desse novo espaço social, instalado em meio aos pomares e canaviais, vai exigir dos vários quadros políticos (municipais e regionais) novas estratégias, no sentido de incorporá-lo às suas bases eleitorais - sobretudo por parte daqueles agentes filiados a partidos de alguma forma comprometidos com a política de reforma agrária executada no país durante um período de 15 anos (1985-2000), quer os da situação, como o PMDB ou PSDB, quer os da oposição, como o PT ou o PC do B¹.

Mais do que qualquer projeto dessas siglas, no entanto, a capacidade dos agrupamentos políticos em reunir apoios nos assentamentos estará sempre numa relação tensa e complementar com o jogo levado a cabo pelos agentes internos, na definição das posições e estratégias no nascente campo político do P.A.. A especificidade desses Assentamentos, então, movimentará de forma particular as instituições políticas regionais (Poder Público, partidos e entidades sindicais), no sentido de incorporar esses novos espaços à dinâmica do campo político já constituído.

A área empírica em estudo, um assentamento habitado por cerca de 200 famílias, é fruto da desapropriação de parcela das terras de uma agroindústria outrora muito destacada. A Usina Tamoio teve uma importância histórica singular na região, chegando a ser, nos anos de 1950, a maior fabricante de açúcar do Brasil (Caires, 1993). Como uma seção da Tamoio, a Bela Vista seguiu de maneira paralela sua ascensão e decadência. Nos anos 1970, a Tamoio já vivia uma situação crítica - o que pode ser exemplificado pela sua não participação no Pró-Álcool, programa governamental que impulsionou a agroindústria canavieira em todo o país. No início da década de 1980, a Usina Tamoio deixa de operar, devido a dificuldades financeiras.

A história da luta pela terra na Usina Tamoio tem início em 1983, quando do anúncio da falência da empresa. Na época, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araraquara lidera um grupo de empregados em sua reivindicação por desapropriação da área e assentamento dos trabalhadores, como forma de ressarcimento das dívidas trabalhistas. Nesse momento, tal reivindicação não foi contemplada: numa disputa com outras entidades sindicais

¹ Em levantamento realizado no P.A. Bela Vista, foi informada a adesão a sete siglas partidárias: PT, PSDB, PMDB, PRONA, PC do B, PV e PMN (Cf. Barone, 2002, p. 160).

(como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação), o STR perde seu espaço no movimento e os trabalhadores optam por indenizações em dinheiro (Ferrante, 1984).

A atuação do STR, no entanto, só crescerá em importância desde então. O pedido de desapropriação, à época enviado ao INCRA, é retomado pelo STR nos anos seguintes e, numa nova conjuntura política do país - a da transição democrática e da vigência do Plano Nacional de Reforma Agrária (governo José Sarney, 1985-1989) - a questão da Tamoio volta à baila. Em 1988, como forma de pressionar pela desapropriação de uma parcela da Usina Tamoio, o STR começa a chamar famílias cadastradas pela entidade para ocuparem a Bela Vista. Vários grupos de trabalhadores (da própria região e de fora) entram na Bela Vista, até que - em dezembro de 1989 - é assinada a desapropriação dessa seção da Usina Tamoio.

Uma grande dificuldade de organização dos trabalhadores assentados, algo comum no contexto da reforma agrária, têm um histórico singular na Bela Vista. Convive-se, desde o início do projeto, com grupos dissidentes. A origem regional das famílias é, de certa forma, um dos marcadores dessa diferença. Mais especificamente, a adesão política ao Sindicato dos Empregados Rurais (o antigo STR, da mobilização de 1983) ou ao MST - responsável pela organização de um grupo de trabalhadores de outra região que, mais tarde, foi assentado na Bela Vista - é o fundamento dessa divergência de caráter regional (Rosim, 1997; Barone, 2002).

Com o passar dos anos, o grau de sucesso na lavoura acabou se impondo como o principal elemento da diferenciação interna. Assim, enquanto alguns assentados diversificaram sua produção agrícola - partindo dos grãos (principalmente milho), até chegarem à fruticultura e à cafeicultura - outras não tiveram esse desenvolvimento, chegando, pouco mais de 10 anos depois, a uma delicada situação de ceder suas terras para que uma usina do município plante cana (Barone, 2002). Esses e outros problemas na gestão interna do P.A. vão opondo lideranças e grupos de assentados, criando um contexto político especialmente conflitivo.

A dança dos políticos

A presença de agentes políticos institucionais no cenário do assentamento Bela Vista, se já é percebida mesmo antes da instalação definitiva do P.A. (nos anos de 1988 e 1989), será bastante ostensiva a partir de 1990 - ano da realização de eleições para a Assembléia Legislativa e o governo do Estado, bem como para o Congresso Federal. Nesse período, através dos militantes do Sindicato e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)², vários candidatos visitam a Bela Vista. A partir daí, a eleição de deputados da região aproximará algumas lideranças locais desses representantes, cuja atuação passará a ser relativamente constante, embora às vezes bastante polêmica.

² Uma equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) desenvolveu trabalhos de assessoria e formação junto aos agricultores assentados na Bela Vista, no período de 1990 a 1995. Sua atuação sempre esteve mais ou menos próxima ao Sindicato de Araraquara (Barone, 2002).

Nesse sentido, o fato do Projeto de Assentamento ser de competência do governo federal, a quem os assentados recorrerão freqüentemente, servirá para que o deputado federal eleito pela região em 1990 (Marcelo Barbieri, PMDB) possa estabelecer vínculos com os assentados. Por outro lado, esse quadro partidário também estará próximo ao governo estadual na época (PMDB), o que só melhorará sua posição de mediador junto à população assentada. Isso será notável já no ano de 1991 quando, através da intermediação desse representante, a Bela Vista receberá um financiamento para investimento na compra de máquinas (tratores e implementos).

A partir dessa primeira e importante intervenção na dinâmica organizativa do assentamento, a trajetória desse político junto aos seus "eleitores" da Bela Vista, no entanto, sofrerá drásticas mudanças, sobretudo em função das disputas ocorridas no campo político interno do P.A.. O que se observa, portanto, é que - muito mais do que um controle sobre essa base eleitoral - o deputado de vários mandatos será, muitas vezes, instrumentalizado pelos concorrentes à hegemonia na direção política do assentamento, ora estando próximo de um grupo, ora se distanciando deste para servir aos objetivos de outro.

Segundo Henri Mendras, na sua análise das comunidades camponesas tradicionais, essa relação de concorrência e combinação entre clientelas locais e grupamentos políticos da sociedade envolvente é um fenômeno recorrente (1978, p. 123). Porém, a singularidade do caso aqui estudado se manifesta na rápida mudança dessas afinidades, numa quase sobreposição dos interesses internos dos grupos assentados - embora estes sempre relacionados ao contexto abrangente - aos interesses políticos dos partidos regionais.

A observação de campo constatou que, no caso desse agente político, sua estratégia estará sempre privilegiando o grupo de assentados que ocupa a posição de comando na organização interna do assentamento. Assim é que um distanciamento em relação às lideranças do Sindicato, aprofundada ao longo dos anos, será concomitante à sua aproximação ao grupo que encabeçará a Comissão Interna - instância representativa maior dos assentados. A relação clientelista desenvolvida junto aos líderes da Comissão lhe valerá importantes apoiadores nas eleições de 1994 (para um novo mandato na Câmara Federal) e de 1996 (para sua tentativa de eleger-se prefeito de Araraquara).

“O pessoal do escritório (político) do Marcelo está sempre à nossa disposição”, esclareceu certa vez Adiel, então representante da Bela Vista na Comissão Estadual de Assentados (anos de 1993 a 1997). Se esse tipo de afinidade política, mais pessoal que partidária, é própria da comunidade rural tradicional, o

certo é que um eficiente mecanismo de cooptação foi levada a cabo por essa elite política local - a partir de 1993, composta também pelo recém-eleito prefeito de Araraquara e por um deputado estadual da região (ambos do PMDB).

No entanto, a partir dos conflitos internos no P.A., envolvendo uma polêmica proposta de implantação da cultura da cana-de-açúcar na Bela Vista, a apreciação feita por essa mesma liderança muda radicalmente:

“O Marcelo Barbieri para mim acabou, depois dele trair a confiança da gente e praticamente enterrar o assentamento com esse plantio de cana. O Marcelo não tem mais, para mim acabou... não tem! Acho que o no Marcelo não dá para confiar porque é uma pessoa que joga, que chuta para todo lado... aí, não tem condição” (Depoimento de Adiel, ex-representante na Comissão Estadual de Assentados, março/2002).

A atuação do deputado inscrever-se-á, então, no mesmo processo tenso de divisão interna que tem marcado a Bela Vista nos últimos anos. Nos depoimentos gravados no assentamento, é recorrente a menção de manifestações dele, em Brasília, "apoiando o plantio de cana". A pesquisa recolheu, de fato, um ofício endereçado ao presidente do INCRA, datado de setembro de 1997 e no qual o deputado peemedebista cobra uma "avaliação mais isenta" do órgão, no tocante à "validade de se plantar cana-de-açúcar nos assentamentos". Mesmo reconhecendo a existência de "controvérsias entre os assentados", ele não se nega a "interceder em favor dos assentados (...) que reivindicam o direito de plantar cana-de-açúcar em parte do módulo".

Cita-se, porém, que alterações ocorridas nas agremiações partidárias de Araraquara (uma mudança no campo político do entorno, portanto) incidirá, de forma mais ou menos direta, no posicionamento das lideranças da Bela Vista. Ao mesmo tempo em que o deputado mais influente no assentamento troca de base, apoiando o grupo de assentados "pró-cana"³, alguns de seus correligionários na cidade irão trocar de partido. Com a mudança do partido que governa o Estado, em 1995, o PMDB perderá muito de seus quadros, tanto para o PSDB - partido do governador Mário Covas (1995-1998 e 1999-2002) - quanto para partidos coligados a este, como o PPS (que esteve na base de sustentação de Covas durante seu primeiro governo).

³ As dificuldades no desenvolvimento da produção de grãos, ênfase dos primeiros anos no P.A., levou um grupo de assentados a re-implantarem a cultura da cana-de-açúcar na Bela Vista. Através de uma Associação própria (Associação Independente) e em parceria com uma usina da região, esse grupo dividiu politicamente a Bela Vista, entre os pró e os contra o plantio de cana (Cf. Barone, 2002).

Essa dança dos políticos locais, comandada pelo poder oriundo do governo estadual, levará a novas preferências partidárias no assentamento. Tais preferências, no entanto, serão, na verdade, pelos mesmos agentes políticos, agora em outros partidos. Reproduz-se, então, o comportamento típico da clientela política - tanto nos quadros políticos da cidade, quanto nas lideranças assentadas. Eco do distante coronelismo, os quadros políticos da região tentarão manter fechados os seus novos "*currais*", na reprodução de uma racionalidade política tradicional, agora atualizada num contexto mais moderno.

Campos políticos e dialética do controle

As influências do campo político do entorno incidem, então, na Bela Vista. Porém, esse campo externo, como esclarece Pierre Bourdieu, exercerá "*um efeito de refração*" sobre o espaço social em constituição no assentamento. Nele, ainda de acordo com o sociólogo francês, "é preciso conhecer as leis específicas de seu funcionamento (seu coeficiente de refração, isto é, seu grau de autonomia)" (1996: p. 61). As complexas e singulares relações travadas entre lideranças assentadas e mediadores políticos obedecem à lógica dessa incidência bastante refratada da conjuntura política regional no campo político interno. A racionalidade dos agentes buscará, então, adequar suas estratégias aos recursos políticos disponíveis nesse contexto.

A mediação exercida pelo Sindicato de Araraquara, neste aspecto, é reveladora dessa complexidade. Tendo uma estrutura política fortemente centralizada na pessoa de seu presidente, o que será recurso utilizado por este em suas incursões nas disputas eleitorais e partidárias no município, a entidade que mais se destaca no processo de organização dos sem-terra da região terá um comportamento, frente aos diferentes partidos locais e suas lideranças, muito ligado à posição individual de seu líder principal.

Curiosamente, a estratégia dessa liderança a disporá, com relativa facilidade, ao apoio de distintos quadros políticos. Originariamente filiado ao antigo PCB, Élio Neves conta com uma trajetória sindical que começa muito cedo (sendo, inclusive, filho de um antigo presidente do Sindicato), com sua marcante participação no já referido movimento dos trabalhadores da falida Usina Tamoio. Como dirigente regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), terá um papel de destaque no ciclo de greves dos assalariados rurais ligados às culturas da cana e da laranja, a partir de 1984, até liderar uma dissidência de sindicatos regionais, que formará a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) - da qual se tornou seu presidente, em 1989⁴.

⁴ Cf. Alves, 1991; Ferrante, 1992; Ferrante e Barone, 1995.

O apoio dado pelo PCB aos governos estaduais de André Franco Montoro (1983/1986) e Orestes Quércia (1987-1990), ambos do PMDB, facilitou de alguma forma a reivindicação por terra mediada por Élio Neves. Assim é que, já em 1985, grupos de trabalhadores rurais começam a ser assentados numa área pública (Horto Monte Alegre) na base territorial do Sindicato de Araraquara. Da mesma forma, as ligações partidárias do dirigente sindical local com quadros em postos de destaque no INCRA, durante o governo José Sarney (1985/1989), foram responsáveis, em grande medida, pelas negociações que garantiram a desapropriação das terras onde se instalaria o P.A. Bela Vista do Chibarro.

Essa posição política indiretamente governista levará a que vários candidatos transitem livremente, tanto no Sindicato quanto nos assentamentos nesse período. Políticos não apenas da base de sustentação dos governos do PMDB buscarão apoio do líder sindical e votos em sua base de filiados. Através de uma aproximação cada vez maior à CUT (central sindical hegemônica por quadros petistas), o sindicalista também participará das campanhas de vários agentes políticos do PT, partido no qual acabará por filiar-se em 1991.

A partir de 1990, com o PCB já convertido em PPS, começa a haver um distanciamento de várias lideranças sindicais da antiga agremiação comunista. Como nunca houvesse privilegiado ostensivamente sua identidade partidária, Élio Neves estará numa situação bastante confortável para negociar com agentes políticos de diferentes partidos: na época, o PPS não estava na base de sustentação do governo federal (Fernando Collor, 1990/1992) e mantinha relações pontuais com o governo estadual (Antonio Fleury Filho, do PMDB, 1991/1994). Em 1992, o dirigente sindical já estará filiado ao PT e disputará sua primeira eleição municipal.

Essa flexibilidade política permitirá, resguardado o reconhecimento do carisma do seu principal dirigente, que vários filiados e diretores do sindicato manifestem preferência por distintos partidos (além do PT, a pesquisa apurou líderes sindicais ligados ao PCdoB, PMDB e PSDB). No entanto, é realmente singular que, nas duas vezes em que Élio Neves disputou eleições (uma como candidato a prefeito de Araraquara e outra como candidato a vice), o sindicalista contou com o apoio de todos os diretores do Sindicato, mesmo daqueles trabalhadores filiados a outros partidos, independente de existir uma coligação entre as diferentes legendas. Por outro lado, mas ainda como um registro curioso, muitos dos dissidentes da liderança exercida pelo Sindicato na Bela Vista serão filiados ou simpatizantes do PT, partido que conta com Élio Neves em seus quadros desde 1992.

Assim, do ponto de vista estritamente partidário, as disputas no campo político do assentamento oporá, vez por outra, lideranças ligadas ao mesmo partido político. Se lideranças partidárias da cidade estarão participando, de alguma forma, da disputa entre petistas no assentamento, essa participação

será subordinada em muito à conjuntura interna da Bela Vista, cujo campo político funcionará sempre como um prisma refrator. Essa capacidade dos assentados de atuar sobre o campo político mais abrangente revela aspectos da “*dialética do controle*”, conforme apresentada por Giddens (1989).

Clientelismo e integração de sistema

Na discussão sobre as relações entre agentes políticos externos e as lideranças no assentamento, sem dúvida a participação do Poder Público Municipal (Prefeitura e Câmara de Vereadores) tem um papel de destaque. Isso porque os agentes políticos das sucessivas administrações municipais estarão em posição privilegiada para intervir no campo político do assentamento - através de um contato mais direto e freqüente com a população, provocado pelas demandas normais desta em relação à Prefeitura.

Essa posição privilegiada será reveladora exemplar das negociações políticas entre as partes. As práticas clientelistas, já referidas acima, estarão evidenciadas no próprio cotidiano do assentamento, destacando-se, sobretudo, na área da assistência social. A busca, de prefeitos e vereadores, em consolidar grupos de apoiadores na Bela Vista será, por sua vez, um importante recurso nas disputas de lideranças do assentamento. Esse capital político, habilmente manipulado por esse ou aquele assentado, melhorará sua posição no campo político interno, sendo um componente importante no jogo das racionalidades sociais em operação nessa esfera.

Os sucessivos prefeitos de Araraquara, no período abrangido por esta análise (1989-2000), terão atuações distintas no que tange ao assentamento Bela Vista. Essa diferença parece relacionada ao grau de comprometimento dos respectivos partidos com a questão da reforma agrária, mas sofre, também, uma forte influência do comportamento pessoal do ocupante do Executivo Municipal. Assim é que, ao longo do período de pesquisa no assentamento, observou-se um maior distanciamento do prefeito Waldemar De Santi (político filiado ao PDS/PPB, partidos claramente direitistas), que governou Araraquara de 1988 a 1992 e de 1997 a 2000⁵, em comparação ao prefeito Roberto Massafera, do PMDB (1993-1996). Esse distanciamento político do prefeito pepebista, no entanto, não impedirá que obras importantes tenham sido realizadas pelo INCRA com o apoio da Prefeitura, justamente nos dois governos do prefeito pepebista (como a instalação de dois poços artesianos para fornecimento de água nos lotes).

Por outro lado, a iniciativa política do prefeito filiado ao PMDB (1993 - 1996) foi bastante profícua em termos de arregimentar uma clientela eleitoral

⁵ Na verdade, esse político já havia ocupado anteriormente (década de 1970) a Prefeitura de Araraquara, correspondendo essas datas ao seu segundo e terceiro governos, respectivamente.

na Bela Vista. Sua participação no espaço social do assentamento privilegiou algumas lideranças, notadamente aquelas ligadas à Comissão Interna, mantendo-as bastante ativas. A sucessão municipal de 1996-97, no entanto, conquanto mudasse o grupo político na direção da Prefeitura de Araraquara, acabou por enfraquecer essas lideranças, fazendo-as abandonar (ao menos temporariamente) a disputa no campo político da Bela Vista.

A própria dinâmica da Comissão Interna foi bastante influenciada pela política desenvolvida pelo Executivo Municipal, no período 1993-1996. Tal fato pôde ser observado nas discussões sobre a relação entre a Comissão e a Prefeitura ocorridas na Bela Vista, já em 1993 (coincidentemente, o primeiro ano, tanto da Comissão quanto da gestão peemedebista). Nesse período, a atuação conjunta da Comissão Pastoral da Terra e de políticos do PT deu início a uma mobilização das lideranças do P.A., em favor de reivindicações para a Bela Vista. Uma manobra da Prefeitura, no entanto, esvaziou esse movimento reivindicatório, em favor de uma política de "atendimento direto" por parte do prefeito peemedebista. Tal iniciativa aproximou algumas lideranças assentadas da gestão municipal e afastou, por um longo período, a militância mais à esquerda do P.A..

Num possível balanço da gestão municipal, nos anos 1993/1996, observa-se que - à exceção de uma iniciativa tímida representada por um trator - nenhum programa especial foi desenvolvido pela Prefeitura na Bela Vista. O "atendimento direto" prometido pelo prefeito, por sua vez, ocorreu mediante a atuação das lideranças que mais se aproximaram do político que governava a cidade. Essa intermediação, que escapou da órbita da Comissão Interna, teve início com o coordenador eleito do assentamento (espécie de "prefeito"). Mais tarde, no entanto, ela ficou restrita e praticamente exclusiva a duas pessoas: o representante da Bela Vista na Comissão Estadual de Assentados (Adiel) e a presidente da Associação de Mulheres (Zumira).

A boa relação desses assentados com os políticos da região (ligados à Prefeitura), lhes garantiu bastante legitimidade, sendo freqüentes as referências (tanto boas quanto más) aos dois, por parte de todos os assentados. A liderança exercida nesse período pela dupla Adiel e Zumira foi sustentada, em muito, pelo apoio da Prefeitura. Um grande exemplo do tipo de apoio dado a esses líderes será a coordenação dos trabalhos da chamada "patrulha agrícola" (um trator com os implementos), que o prefeito entregou para uso interno no assentamento. Tamanha é a importância desse recurso material no contexto da Bela Vista que, na gestão seguinte (1997-2000) o novo prefeito delegou a um representante, por ele mesmo indicado, a responsabilidade de administrar o seu uso. No último período de investigação de campo, no início de uma nova gestão - encabeçada pelo PT (2001-2004) - o filho do representante indicado na administração anterior, eleitor de um vereador petista, solicitou que a coordenação dos trabalhos da "patrulha agrícola" ficasse sob sua responsabilidade, tentando manter o controle

do equipamento no círculo de sua família.

Mais esclarecedora ainda, a trajetória de Zumira, uma importante liderança feminina da Bela Vista, dá pistas preciosas sobre essa relação entre os agentes políticos do entorno e o campo político desenvolvido no interior do assentamento. Filha de agricultores minifundistas no município de Mogi Mirim (SP), casou-se com um agricultor que arrendava terras na região, cuja família era da vizinha cidade de Aguai. Através de familiares do marido ("Joaquinzão"), tinham um bom relacionamento com políticos do PMDB da região. Vem daí um primeiro contato com a política, que certamente terá conseqüências em uma etapa posterior de suas vidas.

Após um percurso tortuoso de lutas, em acampamentos organizados pelo MST na região de Promissão/SP (Rosim, 1997), um grupo de 28 famílias - dentre as quais a de Zumira - é assentado em Araraquara. Já na Bela Vista, eles se dedicaram, num primeiro momento, quase que exclusivamente aos trabalhos no lote agrícola. A proximidade cultivada com agentes pastorais da CPT levou Zumira a participar da formação da Associação Feminina "Mulheres Construindo" (1993/1994), da qual seria a primeira e única presidente.

Após um período inicial de atuação bem próxima à orientação da CPT, a diretoria da Associação Feminina é esvaziada, reduzindo-se - em pouco mais de um ano - apenas à sua presidente. Mais do que uma líder de mulheres, então, Zumira será uma liderança com representação na Comissão Interna. Ali, ela terá contato com os agentes da Prefeitura Municipal e, como buscasse desenvolver um tipo de assistencialismo na Bela Vista, passou a ser a mais freqüente mediadora de toda uma série de programas sociais da Prefeitura.

Ao lado de Adiel (inclusive com as famílias desenvolvendo vários trabalhos agrícolas em conjunto), Zumira participará ativamente da Comissão Interna, tendo atuação destacada nos processos de desligamento de assentados, de eletrificação dos lotes e na discussão sobre o plantio de cana. Sua proximidade com o prefeito Roberto Massafera e o deputado estadual Dimas Ramalho (ambos do PMDB e, depois, do PPS) lhe garantiu um grande capital político no assentamento.

Essa atuação, longe de estar restrita às questões de gestão do P.A., revela um componente bastante clientelista. Ao lado do orgulho exibido por participar das obras de eletrificação dos lotes, Zumira se gaba de ter conseguido:

“...fazer, contava no dedo, sessenta e cinco aposentadorias. Então, parte do pessoal que aposentou aqui ... eu dei todinha a papelada no nome, sem pedir nada (...) Para estar ajudando, pedir para um médico e outro, até laqueadura foi realizada aqui no assentamento. Tudo através deles: principalmente o Dimas Ramalho (deputado). Eu vivia pedindo mesmo...” (Depoimento de Zumira, ex-presidente da Associação Feminina "Mulheres Trabalhando", março de 2002).

Atuando junto a um vereador do grupo de quadros do PMDB que, mais tarde, deixaria essa agremiação pelo PPS, Zumira será, inclusive, considerada pelos assentados a "*vereadora da Bela Vista*". Após 1996, no entanto, com a troca de prefeito em Araraquara, Zumira e Adiel perderão muito espaço na administração municipal. Limitada em seu acesso privilegiado aos "despenseiros" da Prefeitura, a liderança se retirará do campo político interno. Ela manterá, no entanto, sua prática clientelista no assentamento (como a ajuda nas aposentadorias) e será um importante cabo eleitoral, tanto do deputado estadual citado (nas eleições de 1994 e 1998), quanto do ex-prefeito e do vereador (nas eleições de 2000).

Por uma conclusão: "currais eleitorais" ou integração de sistema?

Se cabe uma resposta à pergunta que dá título a esta conclusão, esta será obviamente "*não*" a um retorno de "currais eleitorais". A ação de quadros políticos no assentamento não faz retornar esse instituto, tão importante na cultura coronelista da República Velha, não havendo sinais de sua reprodução *ipsis literis* nos assentamentos rurais de hoje e, especialmente, no assentamento Bela Vista do Chibarro. A tentativa, porém, de aliciar bases eleitorais no assentamento mediante práticas clientelistas - algo que é, na literatura internacional, característico da sociedade camponesa - foi observada nos vários momentos da pesquisa no P.A..

O mais importante, no entanto, é que a mediação exercida pelos agentes políticos institucionais oficiais, como prefeitos, vereadores ou mesmo a direção sindical, sendo fortemente influenciada pelo clientelismo, tende para o enclausuramento dos demais canais de expressão política, em busca do exclusivismo. Aí, sim, pode-se falar em "curral". Esses intermediários, como aponta MENDRAS, com interesses manipulatórios face ao jogo político maior do qual participam, se condicionam a "servir mais como tela que como meio de comunicação. Ou, em outras palavras, a isolar tanto quanto possível 'seus camponeses' do mundo exterior, da sociedade envolvente..." (1978, p. 123).

Uma racionalidade clientelista - o que Edson Nunes chama de *gramática clientelista da política brasileira* - é funcional, então, na integração do campo político interno da Bela Vista ao entorno regional. Isso não é nada novo. O clientelismo,

se manteve forte no decorrer de períodos democráticos, não definhou durante o período do autoritarismo, não foi extinto pela industrialização e não mostrou sinais de fraqueza no decorrer da abertura política (Nunes, 1997: p. 33).

Como cultura política de fundo no Brasil moderno, atribuir esse adjetivo

especialmente às relações travadas entre os agentes do Poder Público (prefeitos, vereadores e deputados) e as populações assentadas parece não ser de grande valor heurístico, já que essa prática, muitas vezes tida como negativa, perpassa toda a sociedade brasileira.

Mas o que seria, exatamente, o clientelismo? Ainda segundo Nunes, o clientelismo é

um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseados em relações pessoais que repousam em troca generalizada (1997, p. 40).

Desse modo, a colaboração da Prefeitura de Araraquara no esvaziamento da Comissão Interna, durante a gestão Massafra (1993-1996), pode ser entendido como resultado do clientelismo. Essa participação se expressa na intermediação pessoal exercida por duas lideranças do assentamento (Adiel e Zumira), no tocante aos recursos do Poder Público Municipal.

Mas, qual é o comportamento dos assentados face a essa tendência "encurraladora" dos mediadores políticos? As diversas opções políticas dos agricultores da Bela Vista, levantadas pela pesquisa empírica, revelam que esse fechamento tem sido impossível. A intersecção entre o campo político do assentamento (com os líderes e seus agrupamentos em flagrante disputa nos diferentes espaços de gestão e coordenação ali formados) e os quadros políticos da região, se mantém o pano de fundo clientelista, favorece também uma concorrência política bastante livre e "aberta".

Isso não parece ocorrer com as mesmas características em todos os assentamentos rurais. Críticas recentes têm questionado o tipo de estrutura de poder constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), principal agência de organização de agricultores sem-terra e assentados no país (Martins, 2000 e Navarro, 2002). Porém, a pouca atividade do MST na região não permite uma avaliação deste decalcada da pesquisa empírica realizada neste trabalho⁶. A FERAESP (ou, mais especificamente, o Sindicato de Araraquara), como principal agência de mobilização de trabalhadores rurais na região, tem se

⁶ Com relação aos assentados da Bela Vista que manifestam alguma simpatia ao MST (como a diretoria da Associação Independente), o certo é que tal adesão sempre foi mais ideológica que uma adesão formal à essa organização. O MST, no entanto, a partir do final da década de 1990, realizou algumas mobilizações de sem-terras na região - como a ocupação, em 1999, de uma área no município de Matão (esses trabalhadores foram, mais tarde, transferidos para a região de Barretos, mais ao Norte do Estado).

mostrado permeável à atuação de diferentes mediadores no interior dos P.A.s instalados em sua área de influência (caso da Bela Vista do Chibarro).

A absorção do campo político no interior do assentamento - com sua lógica própria, derivada da constituição desse espaço social - ao campo político do entorno, então, apresenta as virtualidades da "*integração de sistema*" da qual fala Giddens (1989). Na absorção das lideranças internas pelos diferentes agentes políticos atuantes no município de Araraquara, observa-se o que esse autor qualifica de "*dialética do controle*"⁷, com os assentados exercendo um certo poder sobre as opções política que o entorno oferece, através da manipulação dos recursos por esse disponibilizado.

Assim é que os assentados, em constante disputa no campo político irão influenciar tomadas de decisão dos agentes políticos institucionais - como a opção pelo apoio ao grupo que plantou cana, por parte do deputado federal peemedebista, ou o projeto (que não vingou) de uma parceria para a Prefeitura plantar nas terras dos assentados em dificuldades, durante a gestão peemedebista (1993-1996). Por outro lado, os recursos postos à disposição dessas lideranças por suas adesões partidárias - como o apoio recebido por Zumira e Adiel nesse mesmo período - são importante capital político para a concorrência no interior do assentamento.

Mais do que uma simples cooptação realizada pelos quadros partidários regionais, esse jogo de reciprocidades é ambíguo, ligando o destino do agente externo ao desempenho do agente interno - através da "*dialética do controle*". Nesse sentido, a idéia de Bourdieu, de uma "*refração*" na influência que um campo hegemônico exerce sobre um campo subordinado parece bastante profícua, determinando, não todos os aspectos dessa relação, mas tão somente uma certa força na constituição de um dado espaço social. As relações observadas entre assentados e políticos locais/regionais aparecem, então, como interdependentes e marcadas por um *quantum* de liberdade de opções que as teorias convencionais geralmente não revelam.

Referências bibliográficas:

ALVES, Francisco José da C. **Modernização da Agricultura e Sindicalismo:** Lutas dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Economia. Campinas: UNICAMP, 1991.

⁷ Mas, todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. É a isso que chamo de dialética do controle em sistemas sociais. (Giddens, 1989, p. 12)

BARONE, L. Antonio. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. (Tese de Doutorado) Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas - sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

CAIRES, A. C. R. **Nem tudo era doce no império do açúcar**: vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio - 1917/1969. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1993.

FERRANTE, Vera L. S. Botta. “Tamoio: olha! Tem nó na cana! In: **Revista Perspectiva**. Vol. 7, São Paulo: UNESP, 1984.

_____. **A chama verde dos canaviais** - uma história das lutas dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo. (Tese de Livre-Docência) Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1992.

FERRANTE, V. L. S. Botta e SILVA, Maria A. Moraes. A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo de forças sociais no campo. In: **Revista Perspectiva**. vol. 11, São Paulo: UNESP, 1988.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. Sindicalismo rural Paulista: balanços e contrapontos. In: **Reforma Agrária** - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 1995.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária – O Impossível Diálogo**. S.Paulo: EdUSP, 2000.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. São Paulo: Zahar, 1978.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In Santos, B. S. **Produzir para viver**. R.J: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

NUNES, E. O. **A gramática política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ROSIM, L. H.: **Nas terras da Usina, O Fazer-se de um assentamento**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1997.